

Avaliação da segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Food security status of beneficiary families of the Brazilian 'Bolsa Família' Program

ABSTRACT

Objective: The present study evaluated the socioeconomic and food and nutrition security (FNS) parameters of families assisted under the “Bolsa Família” Program in a municipality of northern Minas Gerais state, Brazil. **Methods:** Data on socioeconomic conditions (age and educational level of the head of family, labor market position, expenses with food, and number of children) were collected from a sample of 150 families. Food security status was measured using the Brazilian Food Insecurity Scale with 15 questions that indicate different levels of food insecurity. Association between food security and socioeconomic variables were assessed by the Fisher’s exact test. **Results:** Most families were young, with employed parents, and up to 3 underage children; 60% spent less than R\$160.00/month on food. It was possible to observe that 72.0% of the families investigated suffered with food insecurity: 50.0% with mild insecurity, 14.7% with moderate insecurity, and 7.3% with severe insecurity. Data on food insecurity were not associated with the socioeconomic variables assessed. **Conclusion:** The families assisted by the “Bolsa Família” Program still live under social vulnerability and do not have their food and nutritional security ensured.

Keywords: Food security. Nutrition programs. Public policies.

RESUMO

Objetivo: Avaliaram-se parâmetros socioeconômicos e segurança alimentar e nutricional (SAN) de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) residentes em um município do norte de Minas Gerais. **Métodos:** Foram investigadas 150 famílias e obtidos dados sobre as suas condições socioeconômicas (idade do titular, nível de escolaridade, situação no mercado de trabalho, renda gasta com alimentação e número de filhos). Mediu-se o nível de segurança alimentar utilizando-se a Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar, com 15 questões que refletem a insegurança alimentar em diferentes níveis de intensidade. Aplicou-se o teste de Fisher para avaliar a associação entre segurança alimentar e as variáveis socioeconômicas. **Resultados:** A grande maioria das famílias era jovem, empregada e com até três filhos menores de 18 anos; 60% gastavam menos de 160 reais mensais com alimentação. Observou-se que 72,0% dos entrevistados sofriam de insegurança alimentar, sendo 50,0% em um grau leve, 14,7% moderada e 7,3% grave. Os dados de insegurança alimentar não se associaram às variáveis socioeconômicas. **Conclusão:** As famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família ainda vivem em condições de vulnerabilidade social e a segurança alimentar e nutricional ainda não é garantida para essa população.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Programas de nutrição. Políticas públicas.

Thalita Santos Nunes¹, Jussara Milany Gonçalves Cruz¹, Lucinéia De Pinho^{1,2*}

¹Curso de Nutrição, Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI, Montes Claros-MG, Brasil
²Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Montes Claros-MG, Brasil

*Dados para correspondência:

Lucinéia de Pinho
Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI – Avenida Professora Aida Mainartina Paraíso, 105, Ibituruna, CEP 39408-007, Montes Claros-MG, Brasil
E-mail: lucineiapinho@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional descreve que a segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.^{1,2} Assim, a SAN envolve, além da qualidade dos alimentos, a garantia de acesso à alimentação básica, em quantidade e regularidade adequadas à manutenção da saúde.^{3,4} Atualmente, outros elementos vêm sendo agregados a esse conceito, tais como a noção de qualidade da dieta, o respeito aos hábitos alimentares dos diferentes grupos culturais, a ideia de alimento seguro, a equidade e a sustentabilidade ambiental.⁵ Além disso, a plenitude da SAN depende do provimento das outras necessidades básicas, como saúde, educação e moradia⁶, todos direitos dos cidadãos que devem ser garantidos pela implementação de políticas sociais por parte do governo.

Dentre as políticas públicas sociais brasileiras direcionadas ao atendimento de famílias carentes ou marginalizadas socialmente, o Programa Bolsa Família (PBF) destaca-se na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da segurança alimentar.^{7,8} Modelos preditivos estimam que o PBF eleve em 7,4 pontos percentuais a probabilidade dos domicílios alcançarem situação de segurança alimentar.⁸ Essa pontuação é medida pela Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), um instrumento que pode ser utilizado por gestores das políticas públicas nacionais na avaliação do impacto de seus programas sobre a condição de acesso da população à alimentação adequada.⁹

Criado em 2004, o PBF centraliza a administração de todos os dispositivos de transferência de renda direta do governo federal para população desfavorecida. Dessa forma, os beneficiários desse sistema de proteção social são pessoas que vivem em pobreza estrutural, encontram-se abaixo da linha de pobreza e pertencem a grupos com necessidades

especiais.^{10,11} Conforme dados de 2013, mais de 70% das famílias beneficiárias vivem com uma renda familiar *per capita* de até 70 reais e apenas cerca de 20% possuem renda entre 70 e 140 reais (pobreza); aproximadamente 7,1% obtêm renda entre 140 e 339 reais (baixa renda).¹²

Trabalhando com prevenção, enfrentamento e suavização da pobreza^{10,11}, o PBF transfere renda sem contrapartidas para famílias extremamente pobres e exige condições, como frequência escolar e cuidados básicos de saúde, para famílias pobres. O benefício concedido varia de acordo com a situação socioeconômica e a composição familiar. Atualmente, cerca de metade das famílias atendidas pelo programa é do Nordeste e aproximadamente 25% são da região Sudeste.¹²

Apesar dos inúmeros programas sociais implantados pelo mundo, a violação do DHAA é cotidiana.⁴ Por isso, parâmetros como a SAN devem ser monitorados regularmente, especialmente junto a famílias de baixa renda. Esse controle deve ser contextualizado de acordo com a situação socioeconômica da população, pois a qualidade da alimentação e mesmo a eficiência de programas sociais estão associadas a esse fator. No Brasil, por exemplo, verificou-se que o PBF pode elevar as chances de domicílios em situação de insegurança alimentar leve passarem para situação de segurança, mas o programa não afeta expressivamente beneficiários em condições mais severas de insegurança alimentar.⁸

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo classificar famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de um município no norte de Minas Gerais, quanto à situação socioeconômica e ao nível de insegurança alimentar. A análise do perfil das famílias do PBF é de suma importância visto que leva à identificação da vulnerabilidade das mesmas em relação à população em geral.¹²

METODOLOGIA

O estudo, de natureza transversal, foi realizado de março a abril de 2011, com 150 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes em um município do norte de Minas Gerais, Brasil, com população estimada de 48.974 habitantes, renda média domiciliar *per capita* de 446,97 reais e Índice de Gini de 0,43. A pesquisa foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

da Associação Educativa do Brasil (CEP/SOEBRAS) (Protocolo n.º 01556/10) e mediante autorização da Secretaria de Assistência Social do Município. Somente participaram da pesquisa as famílias cujos titulares do cartão Bolsa Família ou os responsáveis pela alimentação da casa, maiores de 18 anos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aceitando participar do estudo.

O tamanho amostral foi calculado com base na estimativa da proporção finita da população (total de beneficiários do PBF), a qual assumiu a prevalência de 40% de insegurança alimentar, com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009.¹³ Considerando-se um nível de confiança de 95% e um erro de 7,5%, definiu-se o tamanho amostral mínimo de 140 famílias.

A seleção das famílias foi aleatória e realizada por sorteio simples a partir das listas do Cadastro Único e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que contém todos os beneficiários do Programa Bolsa Família do município. Os dados contidos nas listas permitiram a identificação de variáveis socioeconômicas das famílias, como idade, escolaridade e situação do titular no mercado de trabalho (emprego formal e informal de todos os integrantes da família), gastos com alimentação e o número de filhos e a idade dos mesmos.

Para medir o nível de segurança alimentar, utilizou-se a Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA)¹⁴, na qual se registra a frequência de respostas afirmativas a um questionário com 15 perguntas relativas à percepção do entrevistado sobre a situação alimentar vivida nos três últimos meses anteriores à entrevista. Na totalidade das perguntas, sete são direcionadas apenas às famílias em que há moradores menores de 18 anos. O questionário foi respondido pelo titular do cartão Bolsa Família durante visitas domiciliares realizadas às famílias aos finais de semana, por duas acadêmicas de Nutrição previamente treinadas. Atribuiu-se o valor 1 (um) para cada resposta afirmativa e 0 (zero) para cada negativa, de modo que o escore para a classificação das famílias tinha amplitude teórica de zero a 15 pontos.

A soma dos escores foi classificada em quatro níveis^{15,16}:

- a) Segurança alimentar (0 ponto): ausência de problemas de acesso aos alimentos, em termos qualitativos ou quantitativos, e ausência de preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro.
- b) Insegurança alimentar leve (1 a 5 pontos em famílias com filhos menores de 18 anos ou 1 a 3 pontos naquelas famílias sem menores de 18 anos): há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo, retratando um componente psicológico de insegurança.
- c) Insegurança alimentar moderada (6 a 10 pontos em famílias com menores ou 4 a 6 pontos): há situação de comprometimento da qualidade da alimentação na busca por manter a quantidade necessária.
- d) Insegurança alimentar grave (11 a 15 pontos em famílias com menores ou 7 a 8 pontos): há deficiência quantitativa de alimento, levando à situação de fome.

Aplicou-se o teste de Fisher (*Fisher's exact test*), com nível de significância de 5%, para avaliar a associação entre a situação de segurança alimentar e as variáveis socioeconômicas. Os testes foram realizados com o programa SPSS versão 18.0.

RESULTADOS

Participaram deste estudo 150 famílias. Avaliando-se as características socioeconômicas dos entrevistados (Tabela 1), a maioria tinha entre 18 e 39 anos de idade, mais de quatro anos de escolaridade e estavam empregados. Não houve diferença na proporção entre casados e solteiros, mas a maioria tinha até três filhos menores de 18 anos de idade. Os gastos com alimentação correspondiam a menos de 160 reais mensais.

Os indicadores mostraram que a maioria dos entrevistados (72,0%) sofria de insegurança alimentar (Tabela 2). Dentre estes, a maior proporção foi classificada com insegurança alimentar leve, seguida de insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

A frequência de respostas positivas a cada pergunta do questionário EBIA é mostrada na Tabela 3.

Tabela 1. Variáveis socioeconômicas de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família de um município no norte de Minas Gerais, 2011.

Variáveis	n	%
Idade		
18 a 39 anos	92	61,3
>40 anos	58	38,7
Escolaridade		
0 a 3 anos	44	29,3
> 4 anos	106	70,7
Estado Civil		
Solteiro	78	52,0
Casado	72	48,0
Situação de trabalho		
Desempregado	9	6,0
Empregado	141	94,0
Custo de alimentação		
≤ 160 reais	90	60,0
> 160 reais	60	40,0

Tabela 2. Situação de segurança/inssegurança alimentar de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família de um município no norte de Minas Gerais, 2011.

Situação	n	%
Insegurança Alimentar (IA)		
Insegurança alimentar leve (IAL)	75	50,0
Insegurança alimentar moderada (IAM)	22	14,7
Insegurança alimentar grave (IAG)	11	7,3
Segurança Alimentar (SAN)	42	28,0

Em uma análise global, percebe-se que grande parte dos entrevistados já sentiu a ameaça da falta de comida ou até precisou restringir a alimentação por questões financeiras (Questões 1, 2, 3). Essas restrições consistiram não apenas na diminuição da variedade de alimentos como também na abstenção de itens da dieta de adultos e de menores de 18 anos, na diminuição da quantidade de alimento ingerido e na privação

de refeições (Questões 5, 6, 8, 11, 12, 13, 15). Em muitos casos, os entrevistados se alimentaram abaixo das necessidades e até passaram fome (Questões 6, 8, 14). Embora menos frequentes, foram observados ainda casos de perda de peso (Questão 7) e abstenção de alimentação por um dia inteiro (Questões 8 e 15). Comparando-se as restrições alimentares sofridas pelos adultos (Questões 1 a 8) e menores de 18 anos (Questões 9 a 15), percebe-se que as frequências de respostas positivas a questões correspondentes (Questões 3 e 10; 4 e 12; 5 e 11; 6 e 14; 8 e 15) foram mais altas quando direcionadas aos adultos.

Ao relacionar as variáveis socioeconômicas com a situação de segurança alimentar, não foram encontradas associações estatisticamente significativas ($p < 0,05$) (Tabela 4).

DISCUSSÃO

O presente estudo evidenciou altos índices de Insegurança Alimentar entre os entrevistados, beneficiários do PBF em um município do norte de Minas Gerais. Esse resultado é alarmante, pois demonstra que o auxílio governamental ainda não é suficiente para garantir a SAN das famílias assistidas.

Na análise do perfil socioeconômico dos entrevistados, apenas metade afirmou ter um(a) companheiro(a), sendo que a outra metade correspondia principalmente a mulheres solteiras. Como mostrado em outros estudos, famílias monoparentais femininas são mais vulneráveis em termos de segurança alimentar^{12,17}, mas isso não foi detectado no presente estudo, possivelmente porque os arranjos familiares eram menores, com até três filhos menores de 18 anos. Isso é positivo, visto que o tamanho das famílias é uma das principais características para a vulnerabilidade social.¹⁸

A faixa etária dos entrevistados, que era de jovens, foi compatível com os resultados de outros estudos que indicam que o PBF atende principalmente a famílias cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa e participam do mercado de trabalho.^{17,19} Outras avaliações mostram alto índice de desemprego entre os beneficiários²⁰, mas diferentemente destas, o presente estudo considerou também o emprego informal. Assim, com poucas exceções, as famílias

Tabela 3. Frequência de respostas positivas aos itens da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família de um município no norte de Minas Gerais, 2011.

Questão	Durante os últimos três meses	N	%
	Direcionadas aos maiores de 18 anos (n=150)		
1	Você teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar mais comida?	89	59,3
2	A comida acabou antes que você tivesse dinheiro para comprar mais?	42	28,0
3	Você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	75	50,0
4	Você ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	41	27,3
5	Você alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?	29	19,3
6	Você alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?	15	10,0
7	Você perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?	9	6,0
8	Você ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer, ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	13	8,7
Específicas para menores de 18 anos (n=139)			
9	Você teve que se basear em apenas alguns poucos tipos de alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?	71	51,1
10	Você não pôde oferecer a algum morador com menos de 18 anos uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?	54	38,8
11	Algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	19	13,7
12	Você, alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	25	18,0
13	Alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	19	13,7
14	Algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas você simplesmente não podia comprar mais comida?	11	7,9
15	Algum morador com menos de 18 anos teve apenas uma refeição ao dia, ou ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?	9	6,5

entrevistadas tinham um ou mais membros empregados. A escolaridade deles, porém, consistia no Ensino Fundamental incompleto, corroborando outros trabalhos.^{12,21} Esse é um resultado negativo, visto que a falta de qualificação profissional acarreta baixa remuneração e precárias condições de trabalho.¹⁷

Dados nacionais apresentam que as famílias beneficiárias do PBF gastam, em média, 200

reais mensais com alimentação, sendo que não há grandes variações regionais, a não ser na Região Nordeste, onde esse gasto cai para 150 reais.¹⁷ No presente estudo, mostrou-se que mais de 60% dos entrevistados gastavam menos do que 160 reais mensais com alimentação. Segundo o IPEAD de Minas Gerais²², o valor da cesta básica em abril de 2011 era de 250 reais, isto é, acima do benefício e muito acima do valor gasto pela comunidade

Tabela 4. Distribuição das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família de um município no norte de Minas Gerais, 2011, de acordo com algumas variáveis socioeconômicas e situação de segurança alimentar e nutricional (SAN) e insegurança (IA) alimentar.

Variável / Categorias	SAN		IA		p*
	n	%	n	%	
Idade					
18 a 39 anos	25	27,2	67	72,8	0,852
>40 anos	17	29,3	41	70,7	
Escolaridade					
0 a 3 anos	10	22,7	34	77,3	0,427
> 4 anos	32	30,2	74	69,8	
Estado Civil					
Casado	18	25,0	54	75,0	0,470
Solteiro	24	30,8	54	69,2	
Situação de trabalho					
Empregado	37	29,1	90	70,9	0,616
Desempregado	5	21,7	18	78,3	
Custo de alimentação					
> 160 reais	17	28,3	43	71,7	1,000
≤ 160 reais	25	27,8	65	72,2	
Número de filhos					
0-3	34	28,1	87	71,9	1,000
> 3	8	27,6	21	72,4	
Menores de 18 anos					
Não	3	27,3	8	72,7	1,000
Sim	39	28,1	100	71,9	

*Teste Exato de Fisher.

estudada. Populações participantes de programas sociais comumente gastam menos do que meio salário mínimo com alimentação²³, revelando sua fragilidade econômica e social, bem como o agravamento da situação de extrema pobreza.²¹

Estima-se, no período em que foi realizado o presente estudo, que cada uma das 13.872.243 famílias brasileiras cadastradas no PBF recebeu cerca de 149,71 reais. Antes do programa, 72,4% destas encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar *per capita* de até 70 reais; apenas 20,5% possuíam renda entre

70 e 140,00 reais (pobreza) e 7,1% obtinham renda familiar *per capita* entre 140 e 339 reais (baixa renda). No município estudado, o valor mensal médio pago pelo PBF, por benefício social, era de 144,41 reais.¹¹ Considerando-se o perfil social desse município, onde a renda *per capita* dos beneficiários da PBF é baixa, as famílias se encontravam muito próximas da linha de pobreza, de modo que era de se esperar que o auxílio fornecido pelo PBF fosse insuficiente para suprir suas demandas nutricionais.¹⁷

A situação crítica de pobreza das famílias no município talvez explique a falta de associação entre as variáveis socioeconômicas avaliadas e os índices de insegurança alimentar. Outros estudos de estimativa da SAN pela EBIA indicam que o PBF eleva em 7,4% a probabilidade dos domicílios estarem em situação de segurança alimentar, mas que esse efeito não se aplica a famílias em estado mais severo de insegurança alimentar. A região norte de Minas Gerais apresenta municípios em estado sério de pobreza. Outro estudo com famílias assistidas por programas sociais federais no Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, não encontrou associação entre as variáveis estudadas e a segurança alimentar, exceto para renda.²⁴ A distribuição da insegurança alimentar no Brasil é heterogênea, com percentuais muito distintos entre os municípios de uma mesma região ou até dentro de um Estado.²⁵ Dentre as várias explicações para essas disparidades, a desigualdade social apresentada no Brasil é a melhor justificativa. Nas regiões Sudeste e Sul do país predominam municípios com baixa exposição à insegurança alimentar grave, e dentro da Região Sudeste, somente o Estado de Minas Gerais apresenta municípios com alta prevalência de insegurança alimentar grave, o que está provavelmente relacionado à sua localização na região semiárida do Brasil, onde a seca é fator determinante para a menor disponibilidade de alimentos.²⁶

Dentro da abordagem transversal adotada no presente estudo, 50% das famílias relataram ainda sofrer insegurança alimentar leve e aproximadamente 20% destas tinham insegurança de moderada a grave. A insegurança alimentar leve é comum em famílias preocupadas com a falta de comida e com comprometimento quanto à qualidade da dieta. Já a insegurança alimentar moderada está associada a problemas com a qualidade da dieta e com uma restrição quantitativa no consumo alimentar de adultos, enquanto a insegurança alimentar grave é caracterizada pela restrição alimentar das crianças, em qualidade e quantidade.²⁷ No presente estudo, a situação de insegurança alimentar foi claramente detectada pelo relato da maioria dos entrevistados, os quais disseram recluir a falta de alimento por razões de falta de dinheiro para aquisição do mesmo. Vários beneficiários relataram ainda situações de

restrição alimentar deles mesmos e de indivíduos menores de 18 anos, pelo mesmo motivo de falta de recursos monetários.

Comparando-se respostas dos adultos com ou sem menores de 18 anos nas famílias, percebe-se que as crianças e jovens foram poupados da restrição alimentar. Ainda assim, o alto índice de insegurança alimentar sugere comprometimento da qualidade da dieta infanto-juvenil, provavelmente com redução do consumo de alimentos proteicos e aumento do consumo de café e de alimentos de alta densidade energética.²³ Nesse sentido, para que o PBF alcance índices satisfatórios de segurança alimentar entre os beneficiários, destaca-se a importância de fomentar políticas de alimentação e nutrição no município em questão. Isso pode ser alcançado com ações imediatas, como a criação dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que deve ser em breve implementado nos municípios do país.²⁸

Deve-se, entretanto, ter cautela na avaliação de percentuais totais de insegurança. Nos casos em que há evolução dos graus médio e grave de insegurança alimentar para o grau leve, as pessoas são mais sujeitas a reportar insegurança alimentar porque temem voltar a passar por situações de privação de alimentos vividas em um passado recente.¹²

Independentemente das limitações na estimativa da insegurança alimentar, os resultados do presente estudo são mais graves do que os encontrados pelo IBGE, no ano de 2009, para beneficiários de outros programas sociais em todo o território nacional.¹³ Não é possível comparar diretamente os resultados do presente estudo com dados do PNAD¹³ por motivos de incompatibilidades do perfil das amostras. Ainda assim, deve-se atentar à alta prevalência de insegurança alimentar dentre beneficiários do Programa Bolsa Família.²⁹ Esse levantamento é importante para implementação de políticas locais de atenuação da insegurança alimentar, que pode estar associada a condições inadequadas de vida, tais como isolamento geográfico e/ou social, dificuldades de acesso a bens e serviços, concentração da terra, insuficiência de renda e precariedade da educação.³⁰

A alimentação pode ser inadequada do ponto de vista sanitário, nutricional ou até mesmo cultural. Mas quando a má alimentação está associada à insuficiência da renda, é gerado um quadro de insegurança alimentar que impacta negativamente no bem-estar e na qualidade de vida das famílias, em um processo de negação aos direitos elementares do ser humano.⁴ No sentido de amenizar esse quadro, estudos anteriores sugerem, como estratégia potencial para melhoria na qualidade de vida da população, a inserção de profissionais da área de Nutrição nos serviços de saúde³¹ e na rede de Proteção Social Básica.³² Esses profissionais têm a competência de auxiliar famílias carentes a fazer bom uso dos escassos recursos que recebem na aquisição de alimentos de baixo custo e alto valor nutricional. Essa medida poderia ser foco para as ações de promoção de segurança alimentar e nutricional da população.

Finalmente, os resultados alcançados para um município no norte de Minas Gerais devem ser interpretados dentro das condições do estudo. Suas conclusões, porém, contribuem para o mapeamento nacional das condições de SAN em famílias beneficiárias de programas sociais e o conhecimento da realidade local é essencial para moldar as estratégias de alimentação e nutrição em âmbito regional.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Construindo um sistema de monitoramento da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no contexto do Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Brasília: Consea; 2007.
2. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: relatório final. Brasília; 2004.
3. Burlandy L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2007;12(6):1441-51. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600007>
4. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Alimentação adequada e saudável: direito a todos. In: 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2011; Salvador, Brasil.
5. Oliveira J, Lira P, Andrade S, Sales A, Maia S, Batista Filho M. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do nordeste. *Rev Bras Epidemiol*. 2009;12(3):413-23. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2009000300010>
6. Recine E, Vasconcellos A. Políticas nacionais e o campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva: cenário atual. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(1):73-9. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100011>
7. Zimmermann CR. Desafios à implantação do direito à alimentação no Brasil. *Democr. Viva*. 2008;39:14-7.
8. Camelo RS, Tavares PA, Saiani CCS. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda. *Economia*. 2009;10(4):685-713.
9. Kepple A, Segall-Corrêa A. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva*.

CONCLUSÃO

A situação de insegurança alimentar de um município do norte de Minas Gerais foi prevalente nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo a maioria casos de grau leve. As variáveis socioeconômicas avaliadas (idade do titular, nível de escolaridade, situação no mercado de trabalho, renda gasta com alimentação e número de filhos) não se relacionaram à insegurança alimentar, possivelmente porque as famílias se encontravam tão próximas da linha da pobreza que o benefício era insuficiente para exercer esse efeito. Considerando-se as divergências dos dados obtidos no município estudado e os dados da pesquisa nacional, reforça-se a importância do diagnóstico local para populações vulneráveis.

O presente estudo provê dados sobre o perfil dos beneficiários da região, o que pode servir como referência para investigações futuras que avaliem essa mesma população. Além disso, consistiu em um instrumento de avaliação do Programa Bolsa Família, investigando suas repercussões práticas para as famílias assistidas. Os resultados obtidos permitem concluir que, apesar de existirem no Brasil políticas públicas de combate à fome, grande parte das famílias ainda vive em condição de vulnerabilidade social, sem garantia da segurança alimentar.

- 2011;16(1):187-99. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>
10. Bichir RM. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estud.* 2010;(87):115-29.
 11. Santos LMP, Pasquim EM, Santos SMC. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. *Ciênc Saúde Coletiva.* 2011;16(3):1821-34. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000300018>
 12. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; 2013 [cited 2014 Jan 10]. Available from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf.
 13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
 14. Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Sampaio MFA, Panigassi G, Pérez-Escamilla R. Insegurança alimentar no Brasil: do desenvolvimento dos instrumentos de medida aos primeiros resultados nacionais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2007.
 15. Marin-Leon L, Helito H, Pérez-Escamilla R, Santos L, Paes-Sousa R. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Rev Nutr.* 2008;21(Supl):39-51.
 16. Pereira R, Santos L. A dimensão da insegurança alimentar. *Rev Nutr.* 2008;21(Supl):7-13.
 17. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: Ibase; 2008.
 18. Pereira D, Vieira V, Fiore E, Mancuso A. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. *Segur Aliment Nutr* 2006;13(2):34-42.
 19. Duarte GB, Sampaio B, Sampaio Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Rev Econ Sociol Rural.* 2009;47(4):903-18. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000400005>
 20. Gerhardt T. Situações da vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano. *Ciênc Saúde Coletiva.* 2003;8(3):713-26. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000300006>
 21. Traldi DRC, Almeida LMMC, Ferrante VLSB. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. *Interações.* 2012;13(1):23-37.
 22. Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais. Custo da cesta básica. Belo Horizonte: IPEAD [cited 2011 Nov 20]. Available from: <http://www.ipead.face.ufmg.br/site/siteipead/html/index.php>.
 23. Antunes M, Sichiari R, Salles-Costa R. Consumo alimentar de crianças menores de três anos residentes em área de alta prevalência de insegurança alimentar domiciliar. *Cad de Saúde Pública.* 2010;26(8):1642-50. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000800017>
 24. Nobre L, Murta N, Souza M, Ferreira N, Cardoso L, Hamacek F. Segurança alimentar em uma comunidade rural no alto vale do Jequitinhonha/MG. *Segur Aliment Nutr.* 2009;16(1):18-31.
 25. Gubert M, Benício, M, Santos L. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. *Cad Saúde Pública.* 2010;26(8):1595-605. PMID:21229218. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000800013>
 26. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Chamada nutricional: um estudo sobre a situação nutricional das crianças do semi-árido brasileiro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2006. (Cadernos de Estudos. Desenvolvimento Social em Debate, n.@@@4).
 27. Segall-Corrêa A, Marin-Leon L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e uso da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segur Aliment Nutr.* 2009;16(2):1-19.
 28. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*; 2006.
 29. Souza N, Dias M, Sperandio N, Franceschini S, Priore S. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. *Epidemiol Serv Saúde.* 2012;21(4):655-62. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400015>
 30. Monego E. Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. *Rev Nutr.* 2010;17(1):37-47.

31. Pinho L, Santana B, Lopes L, Monteiro E, Caldeira A. Percepções de hipertensos sobre o acompanhamento nutricional em um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Motricidade. 2012;8(2):58-66.
32. Magalhães AM. Espaço de diálogos sobre alimentação adequada e saudável em rede de proteção social básica. Revista Desenvolvimento Social. 2012;(7):1-14.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nunes TS, Cruz JMG: Nutricionistas, FASI.

Pinho L: Doutora em Ciências da Saúde, Unimontes. Docente, FASI.

Declaração de conflito de interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa: Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil (CEP/ SOEBRAS) das Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE, Estado de Minas Gerais, sob o parecer número 01556/10.

Recebido: Fev. 07, 2014

Aprovado: Jun. 07, 2014